

boletim informativo

COMPRAS PÚBLICAS NA SAÚDE

SETEMBRO 2018



Nº **31**

Conheça as novidades

Mantenha-se informado com o Boletim de Compras Públicas na Saúde



NOTÍCIAS



INFORMAÇÕES ÚTEIS



LEGISLAÇÃO



ANA PAULA SILVA

Coordenadora da Unidade
de Administração Geral da
Administração Regional de Saúde
de Lisboa e Vale do Tejo (ARS LVT)



As novas alterações ao Código dos Contratos Públicos entraram em vigor no dia 01 de janeiro de 2018. Na sua opinião, o SNS está preparado para as exigências que decorrem destas alterações?

Obviamente que sim. O SNS, nas suas diversas instituições, tem equipas dinâmicas e dispostas a trabalhar e dar o seu melhor. Certamente que alterações implicam sempre um período de adaptação e conhecimento, mas qualquer experiência nova é mais facilmente vivenciada por pessoas que possuem maior desenvoltura nas suas relações interpessoais e melhor capacidade de assimilar novas informações e rotinas. Tudo isto se constrói através de condições favoráveis à integração de alterações e novas exigências e cabe aos dirigentes, nas suas mais variadas vertentes, contribuir para que esse período de adaptação seja superado rapidamente por todos e com bons resultados.

Esta nova alteração ao CCP veio introduzir grandes alterações procedimentais na contratação pública regulando, desde a formação até à execução de contratos públicos, um conjunto de procedimentos pré-contratuais, introduzindo também medidas de simplificação, transparência, desburocratização e flexibilização.

É um desafio constante enfrentar na prática as alterações ao CCP, mas estou convicta que as instituições do SNS vão desenvolver um bom trabalho, apesar de todos os constrangimentos com que se deparam no seu dia a dia, mes-

“
A centralização de compras propõe-se reduzir custos e aumentar a eficiência dos processos de compra.
”

mo quando, em determinados momentos, o CCP parece evidenciar que não se adequa a determinadas aquisições de bens e/ou serviços mais prementes, muito também por culpa de prazos e burocracias que legislação paralela ao CCP impõe. Não podemos esquecer ainda outro constrangimento e que se encontra ao nível da carência de recursos humanos especializados na área de contratação pública.

As compras públicas centralizadas assumem-se como uma estratégia para o setor da Saúde em Portugal. Quais são as mais-valias desta estratégia de centralização?

De facto, a centralização de compras constitui uma tendência nos vários setores da administração pública e particularmente no setor da saúde.

A centralização de compras propõe-se reduzir custos e aumentar a eficiência dos processos de compra.

O setor da saúde não é um setor fácil, considerando a necessidade de do-



Equipa da Unidade de Administração Geral da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo

tar, sem qualquer falha, os serviços e Unidades Prestadoras de Serviços de Saúde de todos os bens e serviços essenciais ao seu dia a dia.

Para a obtenção de um melhor resultado, as instituições devem estar mais envolvidas na tomada de decisão desde as fases iniciais de identificação das necessidades de aquisição, trabalhar em conjunto e avaliar alternativas, pois, mesmo dentro do setor da saúde existem realidades que, embora não totalmente diferentes, têm as suas próprias especificidades.

Mesmo que o foco da questão seja, para além de outros fatores, a redução de custos, existem fatores ao nível técnico e de qualidade que, por vezes, não são devidamente acautelados, implicando que a uniformização ou a aquisição de determinados produtos/serviços trans-

versais, tal como se pretendia, não obtenha os resultados desejados.

Apesar do lado menos bom das centralizações, obviamente, que grande parte das aquisições de bens/serviços ao abrigo das centralizações (acordos-quadro), constituem uma mais-valia para os serviços, permitindo, também, libertar recursos para outras tarefas e outros procedimentos igualmente importantes, uma vez que, os procedimentos centralizados são desenvolvidos pelas entidades agregadoras e ao abrigo dos acordos-quadro em vigor (SPMS e ESPAP).



Como está organizado o Serviço de Gestão de Compras da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo?

No que concerne à organização interna, e conforme previsto nos respetivos Estatutos, aprovados em anexo à Portaria n.º 161/2012, de 22 de maio, alterados pela Portaria n.º 211/2013, de 27 de junho, a ARSLVT, I.P., é constituída por serviços centrais e por serviços descentralizados.

O Departamento de Gestão e Administração Geral (DGAG) está inserido nos serviços centrais e é composto por uma Unidade Orgânica Flexível de Administração Geral (UAG).

A UAG tem um serviço de compras e um de logística que têm sofrido algumas reformulações, ao nível dos recursos humanos, das metodologias e da consolidação de processos.

Temos uma equipa jovem, interessada e empenhada e com muita vontade de enfrentar os desafios que a contratação pública nos traz todos os dias.

O serviço tem um diretor de Departamento e uma coordenadora, com autonomia para aquisição de todos os bens e/ou serviços necessários ao seu cliente interno - serviços centrais e serviços descentralizados (ACES-Agrupamentos de Centros de Saúde).

No serviço de compras, o volume de processos é enorme. Tem havido uma preocupação constante, no estabeleci-

mento de princípios de gestão, dos processos e modernização do serviço, mas ainda temos algum caminho a percorrer. Com motivação, habilidade e muito empenho encurtaremos um caminho que, à partida, pode parecer mais longo.

Como prevê o futuro das Compras Centralizadas no SNS?

As compras centralizadas constituem uma mais-valia para os serviços, tal como já foi referido anteriormente.

Como devemos aprender com os erros, deve ser promovido o debate sobre este tema com as entidades envolvidas. Existem processos que podem ser melhorados, e todos deviam contribuir para apontar tanto as falhas como as virtudes de um projeto desta envergadura.

Todo o processo de compras centralizadas deve ser acompanhado de uma constante monitorização de avaliação anual, quer ao nível económico-financeiro, quer ao nível de ganhos em qualidade, eficiência e eficácia, que demonstrem o impacto alcançado com as compras centralizadas. Um fator importante, e que se prevê ter um papel mais alargado passa pela qualificação dos fornecedores e a criação da possibilidade de, caso se denote ao longo de determinado contrato, que ele não cumpre com as suas obrigações contratuais poder, com fundamento, excluí-lo de procedimentos futuros.

Por outro lado, seria importante alargar o âmbito de determinadas categori-

as de compras centralizadas à compra através de catálogo de compras, pelo que será de prever que mais cedo do que esperamos vamos ter esta possibilidade disponível (ao nível de plataformas), até porque seria muito mais rápido na aquisição e na escolha, visto que a compra através de catálogo permite visualizar o bem e as respetivas características técnicas, o que não ocorre em muitas aquisições.

Dever-se-á pensar na introdução de uma maior flexibilidade na Legislação existente, adequando-a mais ao setor da saúde, pois, tratando-se da prestação de cuidados de saúde, muitas das aquisições são difíceis de planejar no tempo, porque dependem muito do tipo de procura, que é muitas vezes incerta em quantidade e em especificidade.

De que forma a relação entre a SPMS, EPE e a sua instituição poderá ser melhorada?

Uma maior proximidade é muito importante. Denota-se que nos últimos tempos tem havido uma maior proximidade o que tem trazido benefícios em vários processos prementes, como por exemplo, a aquisição de vacinas. De facto, a relação ao nível dos processos de contratação é muito boa.

Contudo, será importante também promover uma menor dependência entre as instituições e a SPMS e, consequentemente, dar maior autonomia às instituições para desenvolverem os processos, que não sendo transversais às

restantes Entidades do SNS, faz sentido que sejam as próprias Instituições a desenvolver, não onerando a SPMS com trabalho. Por exemplo, processos pontuais, específicos, urgentes e necessários num curto espaço de tempo e nos quais a intervenção da SPMS não é uma mais-valia se comparada com a compra direta pela Instituição que necessita do bem ou do serviço.

Uma maior e melhor comunicação entre as partes contribuirá para potenciar a relação, uma vez que o processo de agregação de necessidades desenvolvido pela SPMS, em articulação com a ARSLVT, por vezes é complexo.

“
Todo o processo de compras centralizadas deve ser acompanhado de uma constante monitorização de avaliação anual, quer ao nível económico-financeiro, quer ao nível de ganhos em qualidade, eficiência e eficácia, que demonstrem o impacto alcançado com as compras centralizadas.
 ”

21-22
 NOVEMBRO
 2018
LISBOA
 PT MEETING
 CENTER
 PARQUE DAS NAÇÕES

V Seminário

Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

COMPRAS PÚBLICAS NA SAÚDE

INSCRIÇÕES EM
SPMS.MIN-SAUDE.PT
ENTRADA GRATUITA

Abertura do Seminário a cargo do **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS**
 Juiz Conselheiro **Vítor Caldeira**



Pedro Pinto
Moderador



Rui Medeiros



João Amaral e Almeida



Artur Trindade Mimoso



Rodrigo Esteves de Oliveira



Vera Eiró



Pedro Fernández Sánchez



Pedro Gonçalves



Luís Verde Sousa



Miguel Raimundo



Mário Aroso de Almeida



Duarte Rodrigues Silva



Marco Real Martins



Margarida Olazabal Cabral



Miguel Navarro de Castro



Nuno Cunha Rodrigues



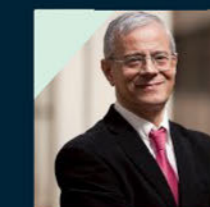
José Duarte Coimbra



Marco Caldeira



Licínio Martins



Luís Valadares Tavares



Débora Melo Fernandes



Sérgio Alves Ribeiro



Aquisição de meios aéreos para o INEM

“Mais um concurso que foi feito com assinalável sucesso, bem estruturado, dentro de um prazo relativamente curto e sem ter havido litigância”, sublinhou Luís Meira, Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Emergência Médica, IP (INEM, I.P.), durante a assinatura de Contrato de aquisição de meios aéreos para o INEM, que decorreu no dia, 7 de setembro, nas instalações da SPMS, em Lisboa.

Luís Meira destacou o facto de ser possível “fazer um upgrade e uma diferenciação do serviço, permitindo disponibilizar duas aeronaves médias para o transporte de dois doentes, ou em casos de situações de transplante, até uma equipa de cinco profissionais de saúde, apenas num só equipamento.”

As duas aeronaves médias e duas ligeiras constituem os meios mais diferenciados que o INEM tem e que, a partir do próximo dia 1 de novembro, estarão ao dispor de todos os portugueses, mantendo os custos do atual contrato, mas com acesso a mais meios e, consequentemente, com forte impacto na resposta a pedidos urgentes de assistência médica. Mais meios irão permitir uma melhor prestação de cuidados de saúde aos cidadãos.

Esta contratação garante, assim, um dispositivo permanente e exclusivo de quatro helicópteros, para situações de emergência médica, com equipas compostas por médicos e enfermeiros, bem como equipamentos e consumíveis assegurados diretamente pelo INEM, dis-

pondo de capacidade para prestação de cuidados de Suporte Avançado de Vida. De referir que, ao longo dos cinco anos de duração do contrato, todos os profissionais envolvidos terão acesso a formação.

Mais uma vez, o empenho e eficiência dos profissionais da SPMS asseguraram a celeridade e o sucesso da contratação pública, permitindo ao país ter um dispositivo de transporte aéreo de doentes do INEM.

No âmbito das suas atribuições, a SPMS, EPE desempenha um papel essencial na otimização de recursos existentes, com competência para propor estratégias de compras inovadoras, tendo por objetivo promover uma gestão mais eficaz e eficiente, racionalizando a aquisição de bens e serviços transversais do Ministério da Saúde. ■



Assinatura de contrato

Acordo-Quadro para Prestação de Serviços Financeiros Desmaterializados, Serviços de Faturação eletrónica e gestão e conferência eletrónica na área da saúde

A SPMS, EPE, responsável pelas Compras Públicas na Saúde, prepara-se para um novo paradigma de faturação eletrónica e de serviços financeiros desmaterializados.

A gestão e exploração direta do Centro de Controlo e Monitorização do SNS (CCMSNS), que passou para a SPMS no passado dia 01 de julho e pressupõe a internalização de todos os serviços, bem como a obrigatoriedade dos cocontratantes emitirem faturas eletrónicas, já a partir de 1 de janeiro de 2019- cumprindo com o modelo de fatura eletrónica estabelecido pela norma europeia respetiva, aprovada pela Comissão Europeia e publicitada no portal dos contratos públicos (art. 299º-B do Código dos

Contratos Públicos) - criaram a necessidade do Acordo-Quadro para Prestação de Serviços Financeiros Desmaterializados, Serviços de Faturação eletrónica e gestão e conferência eletrónica na área da saúde.

Foi no âmbito deste Acordo-Quadro (AQ) que decorreu no dia 5 de setembro, nas instalações da SPMS em Lisboa, a cerimónia de assinatura de contratos. Nesta cerimónia, Artur Trindade Mimoso, vogal do Conselho de Administração da SPMS, sublinhou a importância de se partilhar junto de outros países o que é bem feito em Portugal, nomeadamente na contratação pública através da celebração de Acordos-Quadro, instrumentos facilitadores da compra.

Pioneiro na área da saúde, este Acordo-Quadro encontra-se dividido em 2 categorias:

CATEGORIA I: Serviços de Faturação Eletrónica

LOTE	REGIÃO
Lote 1	Região Norte
Lote 2	Região Centro
Lote 3	Região de Lisboa e Vale do Tejo
Lote 4	Região do Alentejo e Algarve
Lote 5	Região Autónoma dos Açores
Lote 6	Região Autónoma da Madeira
Lote 7	Território Nacional



CATEGORIA II: Serviços Financeiros Desmaterializados de Gestão e Conferência Eletrónica

LOTE	DESIGNAÇÃO
Lote 8	Serviços de Gestão e Manutenção de Solução de Conferência
Lote 9	Serviços de Operação de Conferência de Faturas / Prescrições
Lote 10	Serviços de Operação de Exploração e Monitorização da Informação
Lote 11	Serviços de Gestão e Manutenção do Portal
Lote 12	Disponibilização, Acompanhamento e Gestão do Helpdesk



Cocontratantes qualificados:

CATEGORIA I

	LOTES						
	1	2	3	4	5	6	7
Everis Portugal, S.A.	x	x	x	x	x	x	x
Indra	x	x	x	x	x	x	x
ITEN Solutions	x	x	x	x	x	x	x
MEO	x	x	x	x	x	x	x
Primavera	x	x	x	x	x	x	x
Saphety	x	x	x	x	x	x	x

CATEGORIA II

	LOTES				
	8	9	10	11	12
Everis Portugal, S.A.	x	x	x	x	x
ITEN Solutions	x	x	x	x	x
MEO	x	x	x	x	x
Winning Scientific Management			x	x	
Altran Portugal	x		x	x	
Accenture	x	x	x	x	x

Inovador, este AQ não se restringe à área da saúde, podendo ser utilizado por outras entidades da Administração Pública. A prioridade da SPMS ao estabelecer AQs de bens e serviços trans-

versais passa por garantir inovação no processo de aquisição, em alinhamento com as novas tecnologias, integração dos sistemas de informação e normas de segurança em vigor. ■



Acordos-Quadros com critérios ecológicos



O desenvolvimento sustentável concretiza-se num conjunto de ações e instrumentos adotados pelos diferentes atores públicos e privados.

Na prossecução de uma das suas atribuições, a SPMS, EPE visa promover a eficácia e eficiência nas organizações ligadas ao SNS, criando sinergias partilhadas e introduzindo nos seus acordos-quadro, na área transversal, contribuindo para a eficiência do sistema público de saúde.

Enquanto central de compras da saúde, a SPMS considera que a contratação pública é um instrumento de elevado potencial para a integração de políticas de cariz ambiental que levam ao desenvolvimento sustentável e, como tal, promove a celebração de acordos-quadro que incorporem critérios de sustentabilidade.

Estas aquisições ambientalmente orientadas contribuem, também, para a redução da despesa pública, visto que o ciclo de vida dos produtos e serviços a adquirir, pelas entidades públicas, torna-se mais eficiente no uso dos recursos ao permitir a redução de produção de resíduos e de recursos.

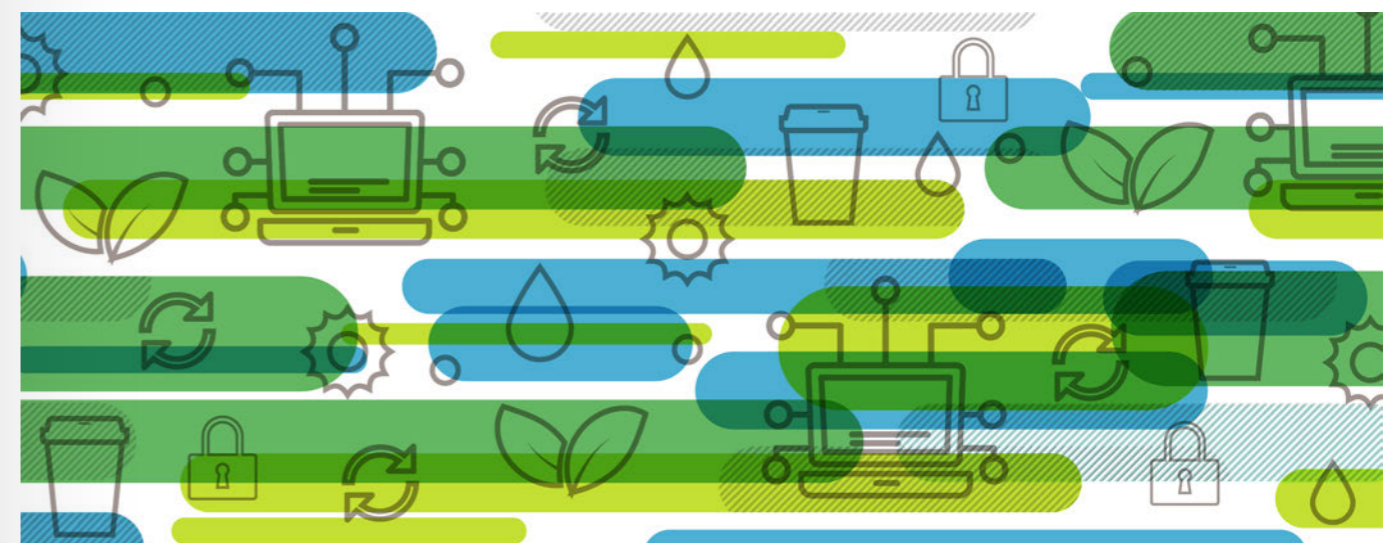
Assim, promove-se uma racionalização evidente dos seus custos e incentiva-se a inovação tecnológica, motivando os fornecedores a aproveitarem as vantagens desta contratação ambientalmente orientada, num quadro de efetiva transparência e responsabilidade partilhada.

Neste âmbito, a SPMS procedeu à celebração de acordos-quadro distintos no objeto, mas comuns na introdução de critérios ecológicos, nomeadamente:

Nome do AQ	Critério	Entrada em Vigor
Telemedicina	Minimização da deslocação dos utentes aos hospitais, promovendo maior disponibilidade dos médicos para tarefas de maior valor acrescentado e minimização dos custos de internamento em ambiente hospitalar.	07-12-2016
TIC Interoperabilidade	A integração de vários sistemas, permite que exista um único ponto de acesso pelos profissionais de saúde/ utentes, bem como potencia que qualquer sistema produzido para o setor da saúde possa interagir com os sistemas já existentes.	07-12-2016

(cont.)

Cibersegurança	Estando alinhado com a <i>framework</i> de governança, gestão e operação do sistema de informação do eSIS, pretende funcionar como um guia para a governança, gestão e operação do Risco e Segurança no eSIS, permitindo às diferentes entidades uma melhor coordenação e partilha de boas práticas na área da segurança da informação.	31-10-2017
Espaços Verdes	Gestão dos recursos hídricos decorrentes das operações de rega, nomeadamente através da utilização de equipamentos de medição de água no solo, bem como o mantimento das aparas da relva no momento do corte, de modo a garantir o grau de humidade do solo suficiente para assegurar a vida e o normal desenvolvimento dos espaços verdes, simultaneamente garantindo uma atividade ambientalmente correta.	04-04-2017
Dispensores de Água	A existência de torres de filtragem que utiliza a água da rede pública, permite que se reduza o uso de plástico e, desta forma, que se minimize testes à água pela grande probabilidade de existência de bactérias do plástico, contaminantes ou cloro.	25-06-2018
Concessão de Exploração de Máquinas de Venda Automática	Os produtos e bebidas a colocar nas máquinas deverão ser sem adição de açúcar, devendo respeitar as normas de saúde pública e sem necessidade de escoamento.	04-06-2018
Infraestrutura (IAAS) e Plataforma (PAAS) em Cloud	Possibilita o acesso a informações, arquivos e programas num sistema único, em qualquer lugar e hora, sem necessidade de presença física dos utilizadores, uniformizando o método de armazenamento dos dados.	16-04-2018



Catálogo Eletrónico Compras na Saúde

Módulo inovador para fornecedores



A SPMS, EPE disponibiliza, desde julho, uma solução online de centralização de documentos de habilitação para todos os fornecedores de bens e serviços, no âmbito dos Acordos-Quadro celebrados pela SPMS, EPE, e utilizados pelas Instituições do SNS.

Inovadora, esta solução permite que os operadores económicos (fornecedores) possam apresentar provas de idoneidade jurídica, fiscal e contributiva, de forma rápida e 100% digital, através de um módulo online, disponibilizado na plataforma eletrónica **Catálogo Eletrónico Compras na Saúde**. É consultável, em tempo real, por todas as Instituições e organismos do SNS em Portugal.

Este novo módulo apresenta grandes vantagens. Até à sua disponibilização, os fornecedores tinham, obrigatoriamente, de carregar os documentos de habilitação tantas as vezes quantos os concursos a que concorriam no SNS, ao abrigo dos Acordos-Quadro. Agora, só necessitam de efetuar esta operação uma única vez na plataforma Catálogo Eletrónico Compras na Saúde. Desta forma, obtêm-se ganhos significativos

na gestão e poupança de tempo e fomenta-se a eficiência processual. Atualmente, a solução já é utilizada por cerca de 30 fornecedores.

Baseado nas diretrizes e estratégias do SIMPLEX +, bem como no artigo 257º do Código dos Contratos Públicos, o novo módulo online torna possível uma maior flexibilização, incremento na eficiência dos processos de contratação pública e maior transparência, garantindo sempre a idoneidade dos documentos.

É, sem dúvida, uma solução inovadora e disruptiva de biblioteconomia ao serviço do interesse público! Se a sua empresa integra um Acordo-Quadro celebrado pela SPMS, EPE, e se ainda não procedeu ao carregamento dos Documentos de Habilitação nesta solução, não perca tempo! ■

Comece já a utilizar o novo
módulo, disponível em
www.catalogo.min-saude.pt

5ª Reunião Grupo de Trabalho de Acordos-Quadro na Área da Saúde

A SPMS, EPE promoveu, no dia 19 de setembro, a 5ª Reunião do Grupo de Trabalho de Acordos-Quadro, que decorreu nas suas instalações em Lisboa.

Nesta sessão, analisaram-se diferentes Acordos-Quadro (AQ) na área da saúde e, numa perspetiva de melhoria contínua na elaboração de AQs, participaram vários representantes de Instituições de Saúde, Unidades Locais de Saúde, Administrações Regionais de Saúde, SESARAM – Serviços da Saúde da Região Autónoma da Madeira, ACSS, INFARMED, Hospitais e Centros Hospitalares de todo o país.

Na área das Compras de Bens e Serviços Transversais da SPMS, estiveram em debate três Acordos-Quadro, nomeadamente o de Aquisição de Lâmpadas de Tecnologia LED, Halogéneo e Fluorescentes, de Aquisição de Produtos de Limpeza e de Serviços de Telemedicina. Atualmente, estão 27 Acordos-Quadro em vigor e 10 em tramitação.

Relativamente às Compras de Bens e Serviços de Saúde da SPMS, foi feito o ponto de situação dos AQ em vigor e em tramitação, com especial destaque para a categoria “Suturas Mecânicas para Laparoscopia”. Do total de 74 Acordos-Quadro em vigor, 28 entraram este ano, representando uma evolução de 1,65%, comparativamente ao período homólogo do ano anterior. Constituindo uma oportunidade para as entidades identificarem as suas necessidades reais e contribuírem para o desenvolvimento dos vários AQs em discussão, estas reuniões realizam-se trimestralmente, sob a coordenação da SPMS, entidade responsável pelas Compras Públicas na Saúde, tendo como objetivo prioritário agilizar os processos aquisitivos, em benefício das instituições do Serviço Nacional de Saúde e, conseqüentemente, dos cidadãos.

Para saber mais, consulte o **Catálogo Eletrónico de Compras na Saúde**. ■



Direção de Compras de Bens e Serviços Transversais



Direção de Compras de Bens e Serviços de Saúde

Programa Nacional de Vacinação 2019

Aquisição de vacinas e tuberculinas

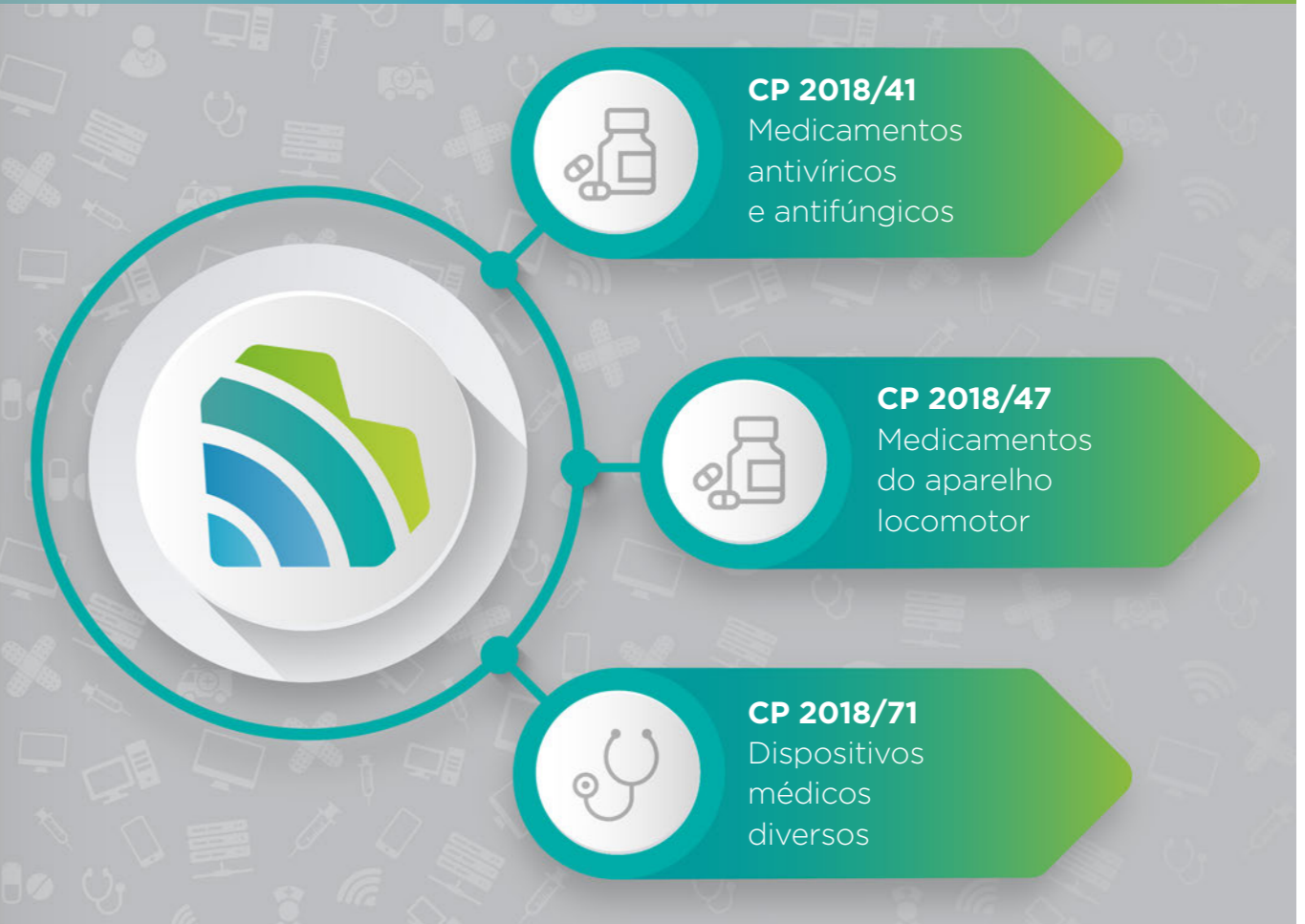
No âmbito do Programa Nacional de Vacinação para 2019, encontram-se a ser encetadas as tarefas conducentes à aquisição das vacinas e tuberculinas.

Assim, e de modo a obter a melhor gestão do mercado, partilha-se informação relativa às estimativas das vacinas inerentes ao PNV 2019 no site www.catalogo.min-saude.pt.

Mais se informa que os dados partilhados são estimativas, podendo, em qualquer momento, sofrer alterações, não conferindo carácter prévio e vinculativo para as Instituições de Saúde e/ou para a SPMS, EPE. ■



NOVOS ACORDOS-QUADRO EM VIGOR



Concurso Público

Dispositivos de Perfusão Subcutânea Contínua de Insulina e Respetivos Consumíveis

Encontra-se em preparação o Concurso Público para fornecimento de Dispositivos de Perfusão Subcutânea Contínua de Insulina e Respetivos Consumíveis. Quaisquer sugestões e contributos serão bem-vindos, devendo os mesmos ser-nos enviados através de email. ■



Agosto 2018

01.08.2018

Anúncio de procedimento n.º 6283/2018 - Diário da República n.º 147/2018, Série II

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E.

Concurso Público para aquisição de serviços de interligação do RPT com os sistemas dos hospitais, para o Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I.P. .

Anúncio de procedimento n.º 6291/2018 - Diário da República n.º 147/2018, Série II

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E.

Aquisição de serviços de desenvolvimento e manutenção da plataforma GPRSNS (Gestão Partilhada de Recursos do Sistema Nacional de Saúde).

Anúncio de procedimento n.º 6292/2018 - Diário da República n.º 147/2018, Série II

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E.

Aquisição de serviços para evolução da APP MYSNS carteira, e desenvolvimento APP PEM Mobile.

Anúncio de procedimento n.º 6293/2018 - Diário da República n.º 147/2018, Série II

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E.

Aquisição de Serviços de Manutenção e Suporte para o Registo Nacional do Testamento Vital (RENTEV), Registo Nacional de Não Dadores (RENDA), Registo Nacional de Profissionais (RNP) e de Desenvolvimento do Projeto Local Interoperability Gateway for Healthcare (Light).

Aviso de prorrogação de prazo n.º 1077/2018 - Diário da República n.º 147/2018, Série II

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E.

CP 2018/55.

06.08.2018

Anúncio de procedimento n.º 6419/2018 - Diário da República n.º 150/2018, Série II

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E.

Aquisição de mobiliário para as instalações da SPMS, EPE na Avenida da República, n.º 61.

08.08.2018

Anúncio de procedimento n.º 6532/2018 - Diário da República n.º 152/2018, Série II

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E.

[DCPI] para aquisição serviços de gestão de projeto para o programa de rastreios.

Anúncio de procedimento n.º 6533/2018 - Diário da República n.º 152/2018, Série II

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E.

Aquisição de serviços de suporte especializado ORACLE ACS.

10.08.2018

Aviso de prorrogação de prazo n.º 1108/2018 - Diário da República n.º 154/2018, Série II

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E.

Concurso Público para aquisição de serviços de interligação do RPT com os sistemas dos hospitais, para o Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I.P. .

16.08.2018

Anúncio de procedimento n.º 6741/2018 - Diário da República n.º 157/2018, Série II

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E.

CP 2018/12.

Anúncio de procedimento n.º 6742/2018 - Diário da República n.º 157/2018, Série II

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E.

Concurso Público para aquisição de equipamentos, implementação e manutenção de VOIP para a Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde I.P. .

Anúncio de procedimento n.º 6743/2018 - Diário da República n.º 157/2018, Série II

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E.

Aquisição de licenças de software de design, webdesign e multimédia.

Anúncio de procedimento n.º 6744/2018 - Diário da República n.º 157/2018, Série II

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E.

Aquisição de Serviços de consultoria para reforço de equipa da Direção do Centro Nacional de TeleSaúde.

27.08.2018

Anúncio de procedimento n.º 7005/2018 - Diário da República n.º 164/2018, Série II**SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E.**

Aquisição de serviços de arquitetura para gestão de requisitos e pedidos associados às áreas de arquitetura, interoperabilidade e engenharia de sistemas.

Anúncio de procedimento n.º 7010/2018 - Diário da República n.º 164/2018, Série II**SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E.**

Acordo Quadro para fornecimento de Material de Penso de Efeito Terapêutico.

Aviso de prorrogação de prazo n.º 1162/2018 - Diário da República n.º 164/2018, Série II**SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E.**

Concurso Público com publicação no JOUE para a celebração de Acordo Quadro para a Prestação de Serviços de Transportes e Mudanças de Bens de Imobilizado na Área da Saúde.

28.08.2018

Anúncio de procedimento n.º 7034/2018 - Diário da República n.º 165/2018, Série II**SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E.**

Concurso Público para aquisição de Viaturas para o Centro Hospitalar do Baixo Vouga, EPE.

Anúncio de procedimento n.º 7035/2018 - Diário da República n.º 165/2018, Série II**SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E.**

Concurso Público para aquisição de serviços para o desenvolvimento da campanha de comunicação “Vacinação contra a Gripe”, para a DGS.

Declaração de retificação de anúncio n.º 221/2018 - Diário da República n.º 165/2018, Série II**SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E.**

Concurso Público para aquisição de serviços para a evolução da solução tecnológica de backup e restore de dados para a Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE.

Declaração de retificação de anúncio n.º 224/2018 - Diário da República n.º 165/2018, Série II**SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E.**

Concurso Público para prestação de serviços de vigilância e segurança humana para o Centro Hospitalar do Barreiro Montijo, EPE.

31.08.2018

Anúncio de procedimento n.º 7104/2018 - Diário da República n.º 167/2018, Série II**SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E.**

Concurso Público para Prestação de Serviços de Manutenção da Infraestrutura do Datacenter para a ULSM.

